

PROVA DE QUALIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA A ÁREA FINANCEIRA

QUESTÕES OBJETIVAS

1. Assinale a opção que contém a alternativa incorreta. Conforme destacado no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), as normas ali consubstanciadas têm por objetivo:

- a) Uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados.
- b) Racionalizar a utilização de contas.
- c) Possibilitar a fiscalização por parte da Secretaria da Receita Federal.
- d) Possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como a análise, a avaliação do desempenho e o controle.

2. Abaixo, são apresentadas afirmativas relacionadas aos procedimentos específicos previstos no COSIF, relativos à escrituração. Assinale a opção que contém a alternativa incorreta.

- a) Adotar métodos e critérios uniformes no tempo, sendo que as modificações relevantes devem ser evidenciadas em notas explicativas, quantificando os efeitos nas demonstrações financeiras (contábeis), quando aplicável.
- b) Apurar os resultados em períodos fixos de tempo, observando os períodos de 1º de janeiro a 31 de março, de 1º de abril a 30 de junho, de 1º de julho a 30 de setembro, e de 1º de outubro a 31 de dezembro.
- c) Fazer a apropriação mensal das rendas, inclusive mora, receitas, ganhos, lucros, despesas, perdas e prejuízos, independentemente da apuração de resultado a cada seis meses.
- d) Registrar as receitas e despesas no período em que elas ocorrem e não na data do efetivo ingresso ou desembolso, em respeito ao regime de competência.

3. Assinale a opção que contém a alternativa incorreta relacionada aos critérios para o registro contábil dos títulos e dos valores mobiliários adquiridos por instituições financeiras.

- a) Devem ser classificados nas categorias: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.
- b) A valorização ou a desvalorização decorrente do ajuste ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “títulos para negociação” deve ser efetuada em contrapartida à adequada conta de rendas/despesas a apropriar.
- c) A valorização ou a desvalorização decorrente do ajuste ao valor de mercado dos títulos classificados na categoria “títulos disponíveis para venda” deve ser efetuada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido.
- d) Os títulos e os valores mobiliários classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda” devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo, trimestralmente.

4. Assinale a opção que contém a alternativa incorreta relativa aos procedimentos para o registro contábil das operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas por conta própria pelas instituições financeiras.

- a) Nas operações a termo deve ser registrado, na data da operação, o valor final contratado deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito em subtítulo retificador de uso interno da adequada conta de ativo ou passivo, reconhecendo as receitas e as despesas em razão do prazo de fluência dos contratos, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e dos balanços.
- b) Nas operações com opções, deve ser registrado, na data da operação, o valor dos prêmios pagos ou recebidos na adequada conta, permanecendo até o efetivo exercício da opção, se for o caso, quando, então, deve ser baixado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício, ou como receita ou despesa, no caso de não-exercício, conforme o caso.
- c) As operações com instrumentos financeiros derivativos devem ser avaliadas pelo valor de mercado, no mínimo, por ocasião dos balancetes mensais e balanços, computando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, sendo a receita ou a despesa registrada somente no resultado do período em que o contrato for liquidado.
- d) Nas operações com outros instrumentos financeiros derivativos, deve ser realizado registro em contas de ativo ou passivo de acordo com as características do contrato, que devem ser registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

5. Assinale a opção que contém a alternativa incorreta relativa as afirmações relacionadas à Reserva de Reavaliação.

- a) Não é admitido o registro de resultado negativo da reavaliação apurado em função de o valor dos laudos de avaliação ser inferior ao valor líquido contábil dos bens correspondentes.
- b) Deve-se proceder às reavaliações com base no valor provável de reposição, observando-se as condições de uso em que se encontram os bens na data-base do laudo de avaliação.
- c) As reavaliações de imóveis de uso próprio devem ser efetuadas abrangendo todos os itens correspondentes a esses bens.
- d) A reserva de reavaliação não pode ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

6. Assinale a opção que contém a alternativa incorreta, relativa aos procedimentos contábeis aplicáveis aos investimentos em sociedades coligadas e controladas detidos pelas instituições financeiras, que o COSIF estabelece que a avaliação deverá ser efetuada pelo valor do patrimônio líquido.

- a) Sociedades controladas, quando o valor contábil do investimento for igual ou superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da instituição investidora.
- b) Sociedades controladas.
- c) Sociedade coligada sobre cuja administração a instituição investidora tenha influência, ou participe com 20% (vinte por cento) ou mais do capital social, quando o valor contábil do

investimento for igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da instituição investidora.

- d) No conjunto de sociedades coligadas e controladas, quando o respectivo valor contábil for igual ou superior a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido da instituição investidora.

7. São exemplos de entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BACEN):

- a) Bancos múltiplos e entidades fechadas de previdência privada.
- b) Bancos de investimento e sociedades de crédito ao microempreendedor.
- c) Entidades abertas de previdência privada e agentes autônomos de investimento.
- d) Sociedades de capitalização e fundos mútuos.

8. Não são exemplos de intermediários ou auxiliares financeiros, segundo a composição do Sistema Financeiro Nacional:

- a) Bolsas de mercadorias e futuros.
- b) Sociedades de crédito imobiliário.
- c) Agências de fomento.
- d) Sociedades administradoras de seguro saúde.

9. As cooperativas de crédito e as sociedades de crédito ao microempreendedor não são consideradas:

- a) Instituições financeiras.
- b) Entidades captadoras de depósito à vista.
- c) Administradoras de recursos de terceiros.
- d) Integrantes do sistema de liquidação e custódia.

10. As entidades ligadas aos sistemas de previdência e seguros têm como seu órgão de fiscalização:

- a) A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- b) O Banco Central do Brasil (BACEN).
- c) A Secretaria de Previdência Complementar (SPC).
- d) A Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

11. Considerando a composição do Sistema Financeiro Nacional, os fundos de pensão são:

- a) Instituições financeiras.
- b) Intermediários financeiros.
- c) Administradoras de recursos de terceiros.
- d) Entidades ligadas aos sistemas de previdência e seguros.

12. Os rendimentos dos títulos e valores mobiliários, classificados em mantidos até o vencimento devem ser:

- a) Registrados no resultado.

- b) Apropriados no patrimônio líquido até o vencimento.
- c) Mantidos em rendas a apropriar até o vencimento.
- d) Registrados em Resultado de Exercícios Futuros.

13. As operações ativas e passivas, contratadas com rendas ou encargos prefixados:

- a) Contabilizam-se pelo valor do principal.
- b) Contabilizam-se pelo seu valor presente, registrando-se as rendas e os encargos a apropriar.
- c) Têm suas receitas ou despesas registradas pelo regime de caixa.
- d) Têm suas receitas ou despesas apropriadas apenas por ocasião do levantamento do balanço semestral.

14. Não se classificam na carteira de títulos de renda variável:

- a) As ações subscritas ou havidas por investimentos compulsórios.
- b) Os bônus de subscrição de companhias abertas.
- c) As ações da própria instituição adquiridas e mantidas em tesouraria.
- d) As ações e as cotas recebidas em bonificação, sem custo para a instituição.

15. Assinale a opção que contém a alternativa incorreta, com relação às normas para publicação de demonstrações financeiras (contábeis) contidas no COSIF.

- a) as demonstrações financeiras (contábeis) referentes à data-base de 31 de dezembro devem ser publicadas até 90 (noventa) dias da data-base.
- b) o Banco Central pode determinar, sem prejuízo das medidas cabíveis, a republicação de demonstrações financeiras (contábeis), com as retificações que se fizerem necessárias, para a adequada expressão da realidade econômica e financeira da instituição.
- c) as demonstrações financeiras (contábeis) de 30 de junho e 31 de dezembro devem ser publicadas acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do período.
- d) as demonstrações financeiras (contábeis) semestrais devem ser publicadas em revista especializada ou por meio alternativo de comunicação, de acesso geral, em sistema informatizado.

16. Para a apropriação de rendimentos ou encargos nas operações do Sistema Financeiro Nacional:

- a) Considera-se o dia da operação e desconsidera-se o dia do vencimento.
- b) Consideram-se o dia da operação e o dia do vencimento.
- c) Desconsidera-se o dia da operação e considera-se o dia do vencimento.
- d) Desconsideram-se o dia da operação e o dia do vencimento.

17. O COSIF estabelece um elenco de contas padronizadas de uso obrigatório. Identifique a alternativa que não representa lançamentos contábeis associados a uma operação de financiamento.

- a) Na recuperação de créditos:
Débito: Financiamentos

- Crédito: Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízos
- b) Na amortização de prestação:
Débito: Financiamentos
Crédito: Depósito à vista
- c) Na apropriação de juros:
Débito: Financiamentos
Crédito: Rendas de Operações de Créditos
- d) Na baixa da operação ativa:
Débito: Provisões para Operações de Crédito
Crédito: Financiamentos

18. São instituições financeiras captadoras de depósito à vista:

- a) Bancos de investimento e agências de fomento.
b) Caixas econômicas e cooperativas de crédito.
c) Bancos comerciais e companhias hipotecárias.
d) Sociedades de arrendamento mercantil e sociedades de crédito ao microempreendedor.

19. Identifique a alternativa incorreta:

- a) As modalidades de operações de crédito são empréstimos, títulos descontados e financiamentos.
b) As operações de desconto de notas promissórias rurais devem ser registradas em subtítulos do subgrupo financiamentos rurais e agroindustriais.
c) Para fins de constituição de provisão de crédito de liquidação duvidosa em operações de arrendamento mercantil, deve-se considerar o valor total das contraprestações.
d) As instituições financeiras devem divulgar, em notas explicativas, a distribuição das operações, segregadas por tipo de cliente e atividade econômica.

20. Com o crédito vencido, o reconhecimento de receita da operação fica suspenso a partir de:

- a) 60 dias vencidos.
b) 90 dias vencidos.
c) 30 dias vencidos.
d) 45 dias vencidos.

21. A antecipação do valor residual garantido, em operações de arrendamento mercantil é registrada como:

- a) Conta redutora no ativo.
b) Passivo.
c) Despesa antecipada.
d) Resultado de Exercícios Futuros.

22. Os instrumentos híbridos de capital:

- a) Podem ser integralizados em títulos.

- b) Devem ter previsão de vencimento
- c) Não podem prever cláusula de compensação de prejuízos apurados pela instituição financeira, quando inexistirem reservas de lucros.
- d) Devem ser subordinados ao pagamento dos demais passivos da instituição emissora.

23. Os créditos tributários registrados até 23 de dezembro de 2002, cuja expectativa de realização seja superior a cinco anos, devem ser excluídos para fins de cálculo do Nível I do Patrimônio de Referência (PR) , em 100 % a partir de:

- a) 2005.
- b) 2006.
- c) 2007.
- d) 2008.

24. Identifique a alternativa incorreta:

- a) Pode configurar indícios de ocorrência de crimes previstos na Lei nº 9.613/98 a movimentação de recursos em praças localizadas em fronteiras.
- b) A implantação e a manutenção de sistemas de controles internos são de responsabilidade da diretoria da instituição.
- c) Entre as operações de crédito realizadas por bancos de desenvolvimento, incluem-se os financiamentos destinados a capital fixo.
- d) É vedada a celebração de contratos de mútuo referente à conta margem por parte de sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários com pessoas jurídicas.

25. O instrumento financeiro derivativo que se destine a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “hedge” denomina-se:

- a) “Hedge” de fluxo de caixa.
- b) “Hedge” de risco de mercado.
- c) “Hedge” de patrimônio líquido.
- d) “Hedge” de investimentos.

26. Considerando que instrumentos financeiros derivativos são aqueles cujo valor varia em decorrência de mudanças em taxa de juros, preço de título ou valor mobiliário, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, etc., cujo investimento inicial seja inexistente ou pequeno em relação ao valor do contrato, e que sejam liquidados em data futura, um exemplo de instrumento financeiro derivativo é:

- a) Operações de crédito.
- b) Cessão de contratos de arrendamento.
- c) Depósitos a prazo.
- d) Operações no mercado futuro.

27. O valor referência das operações com instrumentos derivativos deve ser registrado:

- a) em conta de ativo

- b) em resultado de exercícios futuros ou despesa antecipada, quando aplicável
- c) diretamente no patrimônio líquido
- d) em contas de compensação

28. Os objetivos do COPOM – Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil - são:

- a) Coordenar a agenda do Conselho Monetário Nacional e definir os limites do superávit primário da União.
- b) Fixar as taxas de câmbio (PTAX) para fins de liquidação dos contratos de câmbio e arbitramento de operações de exportação e importação.
- c) Estabelecer diretrizes de política monetária, definir a meta da taxa SELIC e seu eventual viés, e analisar o relatório de inflação.
- d) Conduzir/executar a política monetária definida pelo Ministro da Fazenda.

29. Compõe o Nível II do Patrimônio de Referência (PR):

- a) Resultado do exercício.
- b) Reserva legal.
- c) Reserva de lucros a realizar.
- d) Reserva de reavaliação.

30. Assinale a opção que contém a alternativa correta.

- a) Os ajustes ao imposto de renda e à contribuição social, posteriormente ao encerramento do exercício, e originados de erros de estimativa devem ser registrados em contrapartida em lucros acumulados.
- b) Os ajustes ao imposto de renda e à contribuição social, posteriormente ao encerramento do exercício, e originados de erros de estimativa devem ser registrados em contrapartida em lucros acumulados, líquido dos efeitos tributários.
- c) Os ajustes ao imposto de renda e à contribuição social, posteriormente ao encerramento do exercício, e originados de erros de estimativa devem ser registrados em contrapartida do resultado do exercício corrente na conta imposto de renda e contribuição social.
- d) Os ajustes ao imposto de renda e à contribuição social, posteriormente ao encerramento do exercício, e originados de erros de estimativa devem ser registrados em contrapartida do resultado do exercício corrente na conta reversão de provisão operacionais, ou outras despesas operacionais, se positivo ou negativo.

31. Indique a alternativa incorreta:

- a) A administração da instituição financeira será responsabilizada pela contratação de auditor independente que não atenda às normas profissionais de auditoria.
- b) A responsabilidade da administração pelas Demonstrações Contábeis exime o auditor independente da responsabilidade relativa ao parecer de auditoria.
- c) As instituições financeiras devem designar diretor para o acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade previstos na regulamentação em vigor.

- d) O auditor independente na emissão de seu relatório sobre o exame das Demonstrações Contábeis de instituições financeiras deve considerar as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

32. O comitê de auditoria deve ser constituído em instituição financeira que possua Patrimônio de Referência (PR) superior a:

- a) R\$ 500 milhões.
- b) R\$ 2 bilhões.
- c) R\$ 1 bilhão.
- d) R\$ 100 milhões.

33. Podem integrar o Comitê de Auditoria:

- a) Diretores da instituição financeira de capital aberto.
- b) Auditores independentes da instituição financeira.
- c) Membros do conselho de administração da instituição financeira.
- d) Funcionários do Banco Central do Brasil (BACEN).

34. Não representa relatório a ser elaborado por Auditor Independente:

- a) De auditoria sobre as Demonstrações Contábeis.
- b) De avaliação da qualidade e da adequação dos controles internos.
- c) Sobre a condução dos negócios da instituição e projeções de resultado.
- d) De descumprimento de dispositivos regulamentares e legais.

35. O montante dos depósitos interfinanceiros recebidos por instituição financeira depositária, exceto aos bancos de desenvolvimento, não pode exceder:

- a) 2,5 vezes o Patrimônio de Referência (PR) da instituição financeira depositária.
- b) 1,5 vezes o Patrimônio de Referência (PR) da instituição financeira depositante.
- c) 2,5 vezes o Patrimônio de Referência (PR) da instituição financeira depositante.
- d) 4,5 vezes o Patrimônio de Referência (PR) da instituição financeira depositante.

36. A emissão de papel moeda e moeda metálica é privativa:

- a) Do Banco Central do Brasil (BACEN).
- b) Da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) Do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- d) Do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

37. Segundo as normas do Banco Central do Brasil, as categorias de títulos e valores mobiliários são:

- a) Mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.
- b) Disponíveis para venda e para negociação.
- c) Mantidos até o vencimento, para negociação e disponíveis para venda.

d) Mantidos até o vencimento e para negociação.

38. Segundo as normas do Banco Central do Brasil, na modalidade de arrendamento mercantil financeiro:

- a) O valor presente das contraprestações é inferior a 90 % do custo do bem.
- b) O prazo da transação é inferior a 90 dias.
- c) O prazo contratual da operação é inferior a 75% da vida útil do bem.
- d) Há previsão de pagamento de valor residual garantido.

39. Nas operações de empréstimos:

- a) É vedada a concessão para pessoas jurídicas cuja instituição financeira possua influência no capital.
- b) É permitida a operação de negociação de duplicatas com entidades que a instituição financeira tenha influência no capital, desde que em montante inferior a 5% dos títulos descontados da instituição financeira.
- c) É permitida operações com empresas ou entidades controladas, direta ou indiretamente
- d) É permitido renovar operações com a incorporação de juros e encargos da transação anterior.

40. A determinação da percentagem máxima dos recursos que as instituições financeiras poderão emprestar a um mesmo cliente é atribuição privativa:

- a) Do Banco Central do Brasil (BACEN).
- b) Do Conselho Monetário Nacional (CMN).
- c) Da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- d) Do Ministério Público (MP).

QUESTÕES DISSERTATIVAS

41. As instituições financeiras, a partir de determinados parâmetros do BACEN passaram a ter a obrigatoriedade de manter um Comitê de Auditoria. Quais são as suas principais atribuições e como deve ser o relacionamento desse órgão com a auditoria independente?

42. A reestruturação recente do Sistema Brasileiro de Pagamentos visou melhorar e aperfeiçoar o gerenciamento de riscos de crédito, de imagem, de liquidez e sistêmico. Comente sobre os principais efeitos da reestruturação efetuada e como esses riscos foram tratados/cobertos.

43. Fraudes e erros durante os trabalhos de auditoria são preocupações constantes no mundo de negócios com forte impacto na profissão do auditor, razão pela qual ele dedica especial atenção desde a fase de planejamento de seus trabalhos. Comente sobre os principais

procedimentos que o auditor deve adotar quando se defrontar com situação de fraude no seu trabalho.

- 44. Comente sobre o acordo da Basileia no tocante a: (a) âmbito de aplicação; (b) requerimento mínimo de capital; (c) processo de revisão supervisora; (d) disciplina de mercado.**